Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

SOCIEDADE

Após RS, denúncia de trabalho aviltante em SC

Sindicato denuncia que 12 prestadores de serviço eram transportados em caminhão baú e comiam em canil. Prefeitura se justifica

» HENRIQUE LESSA

Menos de uma semana após o resgate de 207 trabalhadores em situação análoga à escravidão na cidade de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, o Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville (Sinsej) protocolou, na segunda-feira, junto ao Ministério Público do Trabalho, uma denúncia de emprego em condições degradantes de terceirizados a serviço da prefeitura da cidade catarinense. Segundo a presidente da entidade, Jane Becker, 12 pessoas foram flagradas exercendo suas funções em situação aviltante.

"Talvez não seja tão grave quanto o caso do Rio Grande do Sul, mas não é aceitável, não está dentro da normalidade" disse a sindicalista. "Nós averiguamos que os trabalhadores eram levados em um caminhão baú fechado, inclusive na rodovia. Além do transporte inadequado, eles não têm nenhum equipamento de proteção individual (EPI). No almoço, comem em marmitas servidas no chão de um canil", explicou Becker ao **Correio**.

Os trabalhadores são de uma empresa terceirizada que presta serviço para a Prefeitura de Joinville em uma obra em um prédio público. A presidente do Sinserj conversou com os terceirizados e identificou até mesmo pessoas vindas de outros países.

"Segundo o relato que fizeram, alguns são venezuelanos, outros Pará, mas também tem gente de Joinville. Alguns diziam que tinham descontos de até R$ 800 no salário para pagar a alimentação e o transporte, transporte esse que era em um caminhão baú fechado", denunciou Becker.

A prefeitura do município disse, por meio de nota, que está apurando as denúncias de trabalho em situação análoga à escravidão. "Assim que recebeu o relato de uma possível ausência de condições de trabalho aos profissionais contratados pela Construtora Azulmax Ltda. para a realização da obra do Centro de Bem Estar Animal de Joinville (CBEA), a Prefeitura de Joinville emitiu notificação formal à empresa solicitando informações detalhadas e determinando a paralisação imediata da obra até que todos os questionamentos sejam respondidos", salienta a nota da administração do município.

Reprodução/redes sociais



Segundo um secretário da Prefeitura de Joinville, o trabalhadores da obra comiam no canil "por iniciativa deles"

Cautela

Segundo o secretário de Comunicação de Joinville, Thiago Boeing, a prefeitura prefere cautela quanto ao uso do termo "análogo à escravidão". "A gente está tendo muito cuidado nesses termos, até por orientação do Ministério Público. 'Trabalho análogo à escravidão' foi uma qualificação dada apenas pelo Sindicato dos Servidores Públicos, que é contrário às terceirizações", acusou o secretário ao **Correio**.

Boeing disse, também, que de acordo com as explicações preliminares da empresa, o transporte no caminhão foi uma excepcionalidade, pois usualmente era realizado em uma van, mas que no dia em que foi feito o flagrante o veículo estava com defeito. Quanto ao almoço no canil, o secretário disse que isso foi uma escolha dos próprios trabalhadores.

"Eles estavam comendo por iniciativa deles, dentro da obra que eles estão fazendo. Ali não são guardados animais", ponderou Boeing.



Leite: situação excepcional

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), acredita que a situação dos 207 trabalhadores resgatados em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, em situação análoga à escravidão, é exceção. Mas mesmo assim prometeu constituir, de forma emergencial, uma força-tarefa, com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, para apurar a existência de outras situações semelhantes às que foram encontradas em três vinícolas — Aurora, Salton e Garibaldi.

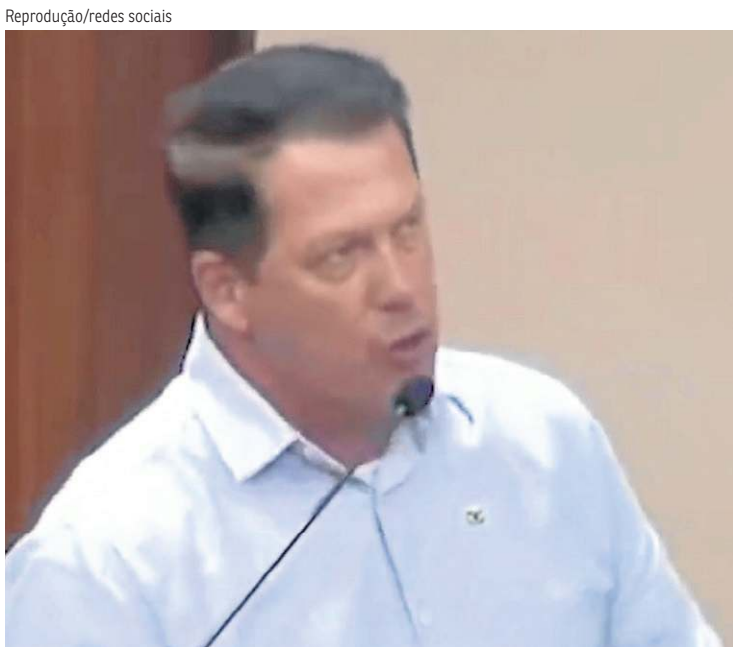
Leite disse ontem que o estado deve dar o apoio, "diante dessa situação sazonal, em que milhares de trabalhadores, seja na colheita da maçã ou na colheita da uva, especialmente, se deslocam de vários locais, e até de outros estados, para a colheita, especialmente na Serra Gaúcha e na região dos Campos de Cima da Serra, para que nós possamos fazer um trabalho que identifique eventuais situações semelhantes".

O governador também condenou, pelas redes sociais, o discurso do vereador de Caxias do Sul Sandro Fantinel sobre o resgate dos trabalhadores em situação de escravidão nas vinícolas da Serra Gaúcha. Em função daquilo que disse na Câmara municipal, o Ministério Público estadual decidiu abrir um procedimento para investigar o crime de racismo e outro para analisar um eventual dano coletivo por possível violação dos direitos humanos. Os casos foram encaminhados para a Promotoria de Justiça Criminal de Caxias do Sul e para a Promotoria de Justiça com atribuição em matéria de Direitos Humanos.

Inquérito

A Polícia Civil também abriu inquérito para apurar o cometimento do crime de racismo nas declarações de Fantinel. O delegado responsável pelo caso, da 1ª delegacia da cidade, recebeu ontem do Legislativo municipal os vídeos com o discurso do vereador, na sessão de terça-feira.

Reprodução/redes sociais



Fantinel tentou se justificar e disse que nada tem contra os baianos

> **O discurso (de Fantinel) está maculado por grave desrespeito a princípios e direitos constitucionalmente assegurados, à dignidade humana, à igualdade, ao decoro, à ordem, ao trabalho, já que se referem de forma vil a seres humanos tristemente encontrados em situação degradante. Esta situação torna inconciliável sua permanência nas fileiras"**
>
> ***Trecho da nota do Patriota***

O parlamentar pediu, na tribuna da Câmara municipal, que os produtores da região "não contratem mais aquela gente lá de cima", em referência aos trabalhadores resgatados — cuja maioria era originária da Bahia. Fantinel também sugeriu que os empregadores dessem preferência àqueles vindos da Argentina, que, segundo ele, são "limpos, trabalhadores e corretos". Ontem, ele tentou se justificar afirmando que "toquei no nome dos baianos porque o processo que está correndo em Bento Gonçalves foi com os baianos". Disse, ainda, que "não tem nada contra os baianos" e que não é racista, pois é casado com uma mulher cujo pai é negro.

A posição do vereador, porém, não o impediu de ser expulso do Patriotas, partido ao qual estava filiado. Por meio de nota, a legenda afirma que "o discurso está maculado por grave desrespeito a princípios e direitos constitucionalmente assegurados, à dignidade humana, à igualdade, ao decoro, à ordem, ao trabalho, já que se referem de forma vil a seres humanos tristemente encontrados em situação degradante. Esta situação torna inconciliável sua permanência nas fileiras do Patriota". (HL)